

## **O PROJETO “AMIGOS DA ESCOLA” E A “GESTÃO COMPARTILHADA” NO PARANÁ: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES**

**SOUZA**, Silvana Aparecida de – UNIOESTE

**GT:** Estado e Política Educacional/ n.05

**Agência Financiadora:** Não contou com financiamento

### **INTRODUÇÃO**

O presente texto resulta de pesquisa documental realizada, cujo objetivo é a compreensão das possíveis aproximações entre o Projeto “Amigos da Escola” promovido pela Rede Globo de Televisão e a proposta de gestão escolar implementada no estado do Paraná a partir de 1995, denominada “Gestão Compartilhada”. Definiu-se como categoria central para a busca de tais aproximações, a natureza da participação da comunidade que tem sido estimulada por ambos projetos e que se encontra explicitada em documentos oficiais oriundos das instituições que os implementam.

Sendo assim, cabe inicialmente explicitar minimamente em que consiste o projeto “Amigos da Escola”, assim como a proposta de “Gestão Compartilhada” no Paraná.

Segundo material do projeto “Amigos da Escola” que é enviado às escolas nele cadastradas, o referido projeto teve início como uma realização do “Projeto Brasil 500 Anos”, promovido pela Rede Globo de Televisão, em parceria com o “Programa Comunidade Solidária” do Governo Federal. Contando com ampla divulgação na referida rede de televisão, esse projeto objetiva “sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da educação pública, mobilizando-a para o desenvolvimento de ações de voluntariado individual e de parcerias com a escola” (CENPEC, 1999, vol.1, p.2) e conta atualmente com cerca de vinte e sete mil escolas cadastradas no país<sup>1</sup>.

Trata-se de uma convocação de toda a sociedade brasileira, para contribuir de alguma forma para a educação das crianças e jovens do país, compreendendo a educação como responsabilidade do Estado e de toda a sociedade civil, tendo claro que a escola deve funcionar normalmente sem os voluntários e reivindicar os quadros necessários ao cumprimento de sua função social. Sendo assim, o trabalho voluntário não substitui o Estado e nem se contrapõe ao trabalho remunerado. (ibid, p. 5- 11)

---

<sup>1</sup> Dado disponível em Amigos da Escola, 2003.

Com relação à “Gestão Compartilhada”, trata-se de uma concepção de gestão escolar que, implementada no Paraná a partir de 1995, no governo de Jaime Lerner, colocou-se como alternativa às formas de gestão escolar desenvolvidas desde o período da redemocratização até aquele momento, que nomeavam o modelo de gestão escolar assumido como o de “Gestão Democrática”. O plano de ação para a educação, referente à gestão 1995-98, do Governo do Estado do Paraná, foi o primeiro documento a fazer referência e apresentar as bases da concepção de Gestão Escolar Compartilhada, compreendendo-a como caminho para a excelência na educação.<sup>2</sup>

Nos textos analisados, não há uma conceituação objetiva da referida proposta de gestão. Os argumentos vão sendo desenvolvidos, demonstrando que se trata de um movimento de aproximação da comunidade na gestão da escola. Ao diretor da escola, na sua condição de líder, cabe promover tal aproximação.

### **“GESTÃO COMPARTILHADA” E “AMIGOS DA ESCOLA”**

O Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação—SEED, desenvolveu, a partir de 1995, um conjunto de ações na área de gestão escolar, constituindo-se num conjunto de ações públicas, materializadas em cursos e na publicação de veículos próprios de comunicação (jornais para públicos segmentados), todos direcionados às pessoas envolvidas com a gestão escolar da rede pública estadual do Paraná, caracterizando-se como políticas públicas de investimento em formação de recursos humanos.

Os jornais e os textos relativos aos cursos acima referidos defendem a “Gestão Compartilhada” como modelo de gestão a ser seguido pelas escolas, motivo pelo qual pode-se afirmar que o processo de formação em gestão do governo Lerner no Paraná tem como base a proposta de “Gestão Compartilhada”.

A partir de então, a SEED realizou inúmeros seminários de gestão escolar, envolvendo os diretores da rede estadual, assim como os presidentes de Associação de

---

<sup>2</sup> Uma competente análise do Plano de Ação da SEED- gestão 1995-98 pode ser encontrada em Amaral (1996, p. 198-217)

Pais e Mestres - APMs, das escolas da referida rede. Tais eventos foram realizados pela Universidade do Professor <sup>3</sup>.

Também foram produzidos jornais para diretores, presidentes de APMs e professores, os quais continham invariavelmente relatos de experiências de escolas que implementaram a “Gestão Compartilhada” ou “Gestão Participativa”<sup>4</sup> e melhoraram sua condição de oferta e qualidade de ensino.

Nunes (1997) distingue o significado das expressões Gestão Compartilhada e Gestão Democrática, afirmando que:

falar em compartilhar a gestão, no sentido de *repartir, participar ou tomar parte em*, é substancialmente diferente da democratização da gestão como forma de *controle da autoridade e dos poderes de decisão e execução*. No primeiro sentido supõe-se alguém como proprietário da gestão (o governo ou o diretor, dependendo da instância) que magnanimamente reparte aquilo que é seu (uma vez que só se partilha aquilo que se tem). No segundo caso trata-se de controlar a quem dirige, entendendo-se que aquele que ocupa um cargo de direção o faz a serviço dos que o elegeram (ao menos nos regimes democráticos), é portanto um movimento da periferia para o centro, de baixo para cima, ao contrário da gestão compartilhada que é outorgada de cima para baixo. (NUNES, 1997, p 1)

Os jornais desenvolvidos pela SEED têm um quadro, denominado “Caso de Sucesso”, no qual são divulgadas experiências de “Gestão Compartilhada” consideradas exitosas. As experiências relatadas são apresentados de forma genérica, sem discutir as circunstâncias, o contexto e, sequer, a sua dimensão temporal, obedecendo ao mesmo estilo denunciado em Torres, ao analisar documentos do Banco Mundial- BM e outros organismos multilaterais

As “reformas exitosas”, os “programas inovadores”, as “boas práticas”, as “escolas efetivas” - tipicamente apresentadas nas publicações educativas do BM e de outros organismos internacionais, em quadros (*boxes*) inseridos ao longo do texto para “trazer a realidade” ao papel e exemplificar a bondade de determinadas opções de política - aparecem em geral sem o seu contexto, sem trajetória, nem movimento, descritas a partir de seus aspectos mais exteriores e superficiais, sem a descrição dos problemas ou das limitações. Dificilmente encontramos nessas descrições uma visão do que acontece efetivamente dentro do programa, na instituição em si e, muito menos, da dinâmica na escola, ou na sala de aula, inclusive nos casos de inovações assim consideradas no plano especificamente pedagógico. [...] Em vez de analisar

<sup>3</sup> O governo Lerner, no Paraná, idealizou e efetivou um projeto denominado Universidade do Professor. Trata-se da coordenação de todas as atividades de capacitação docente, através da realização de um conjunto seminários, cursos, enfim, atividades de formação de pessoal, sendo que grande parte de tais eventos ocorre em um local denominado Faxinal do Céu.

<sup>4</sup> Os documentos analisados referem-se ao tipo de gestão que propõem como sendo Gestão Compartilhada ou Gestão Participativa, sendo as duas denominações usadas como sinônimas.

os fatores que explicam, em cada caso, os pontos contra ou a favor de determinada opção ou intervenção, opta-se pela afirmação fácil e o denominador comum que facilite a possibilidade da generalização. (TORRES, 1998, p. 149-150)

Na ampla maioria das experiências de sucesso divulgadas nos documentos relativos à “Gestão Compartilhada”, vincula-se a transformação da realidade da escola à mudança do grupo de pessoas que ocupa a direção da escola e/ou da APM, ou à união entre as diversas instâncias escolares: direção, APM, professores, comunidade, que, na maioria das vezes, incide em financiamento pela comunidade das melhorias das condições físicas e materiais da escola.

Cabe aqui acentuar que a utilização de quadros para a divulgação das experiências consideradas exitosas, é característica comum na “arquitetura” não só dos documentos ora em análise, bem como de documentos do Banco Mundial<sup>5</sup>, da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe- CEPAL<sup>6</sup> e do Relatório Jacques Delors<sup>7</sup>.

Neste contexto, pode-se afirmar que trata-se de uma estratégia de construção de um consenso favorável a determinadas políticas de governo, a partir da disseminação da “informação interessada” acerca de determinado modelo de gestão escolar, tendo como instrumento um utilíssimo recurso didático-pedagógico: o exemplo. Pode-se afirmar ainda que as orientações presentes na proposta de Gestão Compartilhada estão articuladas a uma concepção de ‘Democracia Mínima Neoliberal’, onde o Estado se afasta paulatinamente de suas obrigações para com a manutenção e desenvolvimento das atividades educacionais, passando-as para a comunidade. (SOUZA, 2001, p. 210)

Cabe ainda complementar que, nesse mesmo sentido de fortalecimento e incentivo à participação da sociedade nas ações sociais, de forma voluntária, e,

---

<sup>5</sup> Concebido durante a Segunda Guerra Mundial, em Bretton Woods, Estado de Novo Hampshire (EUA), o Banco Mundial inicialmente ajudou a reconstruir a Europa após a Guerra. O trabalho de reconstrução permanece como um enfoque importante do Banco Mundial devido aos desastres naturais, emergências humanitárias e necessidades de reabilitação pós-conflitos, mas atualmente sua principal meta de trabalho é a redução da pobreza no mundo em desenvolvimento. O Grupo do Banco Mundial é constituído por cinco instituições estreitamente relacionadas e sob uma única presidência, quais sejam: o BIRD- Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento, a IDA- Associação Internacional de Desenvolvimento, a IFC- Corporação Financeira Internacional, a AMGI- Agência Multilateral de Garantia de Investimentos e o CIADI - Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos. (GRUPO BANCO MUNDIAL, 2004, s/p)

<sup>6</sup> A CEPAL é um órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura- UNESCO.

<sup>7</sup> Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, cujo título é: Educação- um tesouro a descobrir. O presidente da referida comissão à época era Jacques Delors, por isso o documento ficou conhecido como Relatório Jacques Delors.

coincidindo com a mesma época em que foi criado o projeto “Amigos da Escola”, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou o ano de 2001 como Ano Internacional do Voluntariado. Do mesmo modo, o Ministério da Educação brasileiro–MEC, instituiu a partir do mesmo ano (2001), o Dia Nacional da Família na Escola, sendo comemorado em 24 de abril. No Paraná, instituiu-se a Semana da Família na Escola.

Em 2002, a presidente do Comitê Brasileiro para o Ano Internacional do Voluntariado, Maria de Lourdes Villela, ao encerrar o seminário “Cidadania: Voluntariado e Ouvidoria”, ocorrido em Foz do Iguaçu, que serviu para avaliar as atividades realizadas durante o ano de 2001 nas escolas e na comunidade, anunciou a “década do voluntariado”, que se estenderá até 2010. (EDUCAÇÃO, jan/fev/2002, p.7)

No que diz respeito à natureza da participação da comunidade na escola, que tem sido estimulada pelas políticas governamentais brasileiras (sobretudo a partir do período de reestruturação do papel e tamanho do Estado no desenvolvimento de suas ações, correspondente ao atual processo de reestruturação do modo de produção capitalista), pode-se afirmar um processo de descentralização da execução das atividades rotineiras e organizacionais e uma centralização da tomada de decisão acerca das questões político-pedagógicas.<sup>8</sup>

Em acordo com as políticas nacionais, os estudos de Hidalgo, 1998, Souza, 2001 e Zanardini, 2001, demonstraram, com respeito às políticas públicas educacionais do Paraná, sobretudo a partir da década passada e da atual, o fortalecimento das Associações de Pais e Mestres -APMs, que têm assumido uma função de execução de tarefas organizacionais, assim como contribuído com a manutenção financeira da escola, em detrimento aos Conselhos Escolares, que têm função deliberativa sobre todos os aspectos da escola.

No que diz respeito ao “Amigos da Escola”, a natureza da participação da comunidade estimulada no material que é enviado para as escolas cadastradas no projeto (CENPEC, 1999), coincide com as políticas nacionais e paranaenses, quando se propõe ao nível da execução de tarefas organizacionais e de apoio à escola e não ao nível do processo de tomada de decisão.

Com respeito à natureza de participação estimulada e personificada no projeto “Amigos da Escola”, faz-se necessário assinalar uma especificidade: que a mesma

---

<sup>8</sup> Com respeito à descentralização da execução de tarefas pré determinadas e à centralização da tomada de decisão nas políticas públicas educacionais do Brasil, sobretudo, a partir da década de 90, do século passado, ver Fávero, 1999, Oliveira, 1999, Mendonça, 2001, dentre outros.

propõe-se para além da participação da comunidade escolar, pretendendo-se envolver toda a sociedade. E ainda que, não se trata de políticas de governo, mas, de um movimento da sociedade, abrangendo empresas privadas, para contribuir com iniciativas voluntárias no desenvolvimento de ações de cunho social.

Uma outra especificidade do projeto “Amigos da Escola”, diz respeito à relação com o conceito de Responsabilidade Social das empresas e da política de incentivo ao trabalho voluntário de seus respectivos empregados, a partir da compreensão de que o “Marketing social melhora a imagem e aumenta o lucro” (LESSA, p.22, 2002).

No caso do projeto “Amigos da Escola”, além da dimensão gigantesca que o projeto tomou, não é possível desconsiderar que o mesmo vincula a imagem da Rede Globo de Televisão como uma empresa socialmente responsável, propiciando a elevação de seu nível de audiência. Porém, conforme apontou Maranhão (2001), pela sua origem, respaldado num empreendimento privado, seus objetivos e fins estão vinculados à acumulação e o lucro, que são, por suposto, distintos dos pretensos objetivos que norteariam o empreendimento público.

Para se ter uma idéia da inter relação e da importância que tem alcançado a busca da imagem de responsabilidade social nas empresas, relacionada com iniciativas de trabalho voluntário, cabe referir que, atualmente, empresas de recrutamento de pessoal, sobretudo de executivos, têm orientado que, no *Curriculum Vitae* de um profissional apto à empregabilidade, não pode faltar a menção do desenvolvimento de uma atividade voluntária e de interesse social. Uma dessas empresas realizou uma pesquisa com 240 executivos, sendo que 84% afirmaram que têm observado maior preocupação das empresas com as questões sociais.

Um dado interessante extraído da pesquisa é a comprovação do crescimento do mercado ético, ou seja, os consumidores estão valorizando mais os produtos e serviços de empresas que se preocupam com as questões sociais. Para 87% - 209 - dos entrevistados, a imagem social de uma empresa influencia a decisão dos executivos na hora de comprar produtos e serviços. Somente 10% - 24 - não levam em conta a responsabilidade social das empresas na hora do consumo.

Responsabilidade social não é só caridade – Para quase metade dos executivos entrevistados, o trabalho voluntário já é realidade: 48,3% (116) participam ou já participaram de algum programa de benefício ao terceiro setor. Dentre os tipos de programas praticados, visitas a creches, orfanatos e lares de idosos foram os mais apontados (20). Auxílio em programas educacionais e alfabetização de adultos (12), doações e arrecadações (15), trabalhos comunitários na área de saúde (5), auxílio a desabrigados (5) e ajuda na recuperação de viciados em álcool/drogas (5) são outras ações sociais praticadas pelos executivos. É visível, portanto, que a

responsabilidade social não se resume a doações em espécie. É preciso dedicar tempo, de modo que haja um maior envolvimento e, sobretudo, comprometimento por parte dos doadores. (MANAGER, 2003)

É possível exemplificar também tal situação em pesquisa publicada na Folha de São Paulo sobre o perfil dos executivos e respectivos fatores de sucesso em suas carreiras, quando demonstra que 34% deles atuam como voluntários. (CARREIRA, 2003, p. f 1).

Relacionando então o projeto “Amigos da Escola” como uma iniciativa de responsabilidade social da Rede Globo de Televisão, cabe aqui acertadamente a reflexão de Gohn, de que o sistema capitalista atual produz não apenas mercadorias, mas também subjetividade, sendo a mídia o veículo por excelência de sua disseminação. (2001, p. 92)

## AS APROXIMAÇÕES

O primeiro sinal de aproximação entre a proposta de “Gestão Compartilhada” e o projeto “Amigos da Escola” ocorre pouco tempo após o início do referido projeto, quando a SEED do Paraná divulgou no jornal “Educação”<sup>9</sup> (abr/2000, p. 4), a meta de que todas as escolas da rede estadual fizessem parte do projeto desenvolvido pela Rede Globo de Televisão.

Nesta mesma matéria do jornal, são apresentados os exemplos de duas escolas que já fazem parte do projeto “Amigos da Escola”, sendo que ambos usam a mesma estratégia utilizada na disseminação dos exemplos de sucesso da “Gestão Compartilhada”, na qual não são discutidas as condições e circunstâncias da escola e da comunidade. Apenas o auxílio da comunidade é relatado, sendo que nos dois casos existem ações de auxílio à manutenção físico/financeira da escola e não apenas ações de apoio pedagógico.

---

<sup>9</sup> “Educação” é o título de um jornal desenvolvido e editado pela SEED do Paraná e enviado a todos os servidores públicos a ela ligados. De 1996 a 1999 a SEED editava três jornais: o jornal “Direção”, o “Jornal das APMS” e o jornal “Educação”. Devido à reeleição do governo Jaime Lerner no Estado do Paraná, no ano de 1999, ocorreu a continuidade das políticas de Gestão Compartilhada, havendo, porém, algumas reestruturações. A partir de 2000 os três jornais anteriormente citados fundem-se no jornal “Educação”, que antes era destinado somente aos professores e agora passa a ter seu conteúdo direcionado também aos diretores de escola e presidentes de APMS.

No primeiro exemplo, é relatada a experiência de uma escola na qual a participação da comunidade propiciou a construção de um novo calçamento de mais de quinhentos metros quadrados. Na seqüência, são relatadas atividades extra-classe realizadas por voluntários como cursos de pintura e bordado, treinamento de handebol e futebol de salão realizado por alunos, futebol de campo ministrado por uma treinadora, palestras sobre adolescência e sexualidade realizadas por uma psicóloga e até uma pastora que trabalha com alunos indisciplinados.

Note-se que existem neste exemplo algumas atividades ministradas por profissionais habilitados e outras desenvolvidas por pessoas que parecem não ter a formação necessária para o desenvolvimento de tal atividade, como por exemplo, os alunos que treinam outros alunos. Neste caso pode-se aventar a possibilidade de um aluno vir a sofrer uma lesão física, sem que a escola possa responsabilizar a pessoa que provocou tal situação por se tratar de um voluntário.

No outro caso, ainda acerca do projeto “Amigos da Escola”, após relatar um exemplo de escola que tem contado com o apoio de voluntários no desenvolvimento de atividades de reforço escolar, de doação de material escolar para crianças carentes e de material de expediente para o laboratório de informática da escola, o referido jornal discorre que o

Paraná continua despontando como o segundo estado de maior adesão ao projeto, proporcionalmente ao número de escolas convidadas a participar. O convite foi feito a 4.349 estabelecimentos de ensino público paranaenses e destes, 2.264 estão participando, o que significa uma adesão de 52%, seguido da Bahia com 64% de adesão. (EDUCAÇÃO, abr/2000, p.4)

Num outro número do mesmo jornal, também tratando do trabalho voluntário nas escolas paranaenses e referindo-se ao projeto “Amigos da Escola”, são relatadas diversas experiências nas quais cidadãos contribuem de alguma forma no desenvolvimento de atividades tais como: uma fonoaudióloga que admite não ter nenhuma experiência docente, mas por ser Argentina dá aulas de espanhol para alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental. (EDUCAÇÃO, mar/2001, p. 4-5)

No mesmo sentido, a referida matéria relata ainda a experiência de quatro inglesas, todas com idade entre 18 e 19 anos, que vieram ao Brasil a partir de uma parceria entre a SEED e o Conselho Britânico para trabalharem voluntariamente por cinco meses como professoras de inglês em escolas da rede estadual do Paraná.



Ora, concordar com tais situações de docência de língua estrangeira em escolas brasileiras, acima referidas, seria o mesmo que dizer que todo brasileiro, pelo simples fato de falar português pode ser professor de língua portuguesa. Ou seja, que a condição de falante contém inexoravelmente a condição da docência, e que, portanto, não existe qualquer conhecimento específico cujo domínio seja necessário para a docência, sendo, neste caso, as formações em licenciaturas desnecessárias.

Na continuidade, a mesma matéria relata ainda a experiência de uma escola que construiu um mini-ginásio com a ajuda de um engenheiro, que oferece atendimento odontológico efetuado por uma dentista, que realiza palestras e atendimentos por uma fisioterapeuta e aulas de reforço por estagiários de uma Instituição de Ensino Superior da região.

Extremamente adequadas a esse respeito são as considerações de Paro, ao tratar do desconhecimento de muitos sobre educação, como se ela não constituísse um campo de conhecimentos científicos bastante desenvolvido. Neste sentido, o referido autor demonstra que

Ninguém ignora que precisa conhecer cientificamente medicina para proporcionar saúde e cura de moléstias, assim como ninguém ignora que precisa entender de arquitetura e engenharia para construir edifícios sólidos. Mas, infelizmente, parece que sobre uma coisa tão importante como a construção histórica do próprio cidadão todos podem dar palpite ignorando os mais elementares conhecimentos científicos a esse respeito. (BRASIL, 2004)

## CONCLUSÕES

A partir da análise de documentos representativos do projeto “Amigos da Escola” e do programa de “Gestão Compartilhada” no Paraná, pode-se perceber algumas aproximações na concepção de ambos, no que diz respeito à natureza da participação da comunidade que pretendem estimular.

Em acordo com a readequação do papel e da função social do Estado no atual momento de reestruturação da sociedade capitalista, a “Gestão Compartilhada” no Paraná e o projeto “Amigos da Escola” propõem a participação da comunidade na gestão da escola de forma passiva, na execução de tarefas rotineiras e de apoio à gestão da escola e não na discussão da concepção da proposta pedagógica da mesma, ou mesmo no encaminhamento do processo de tomada de decisão.

Uma outra aproximação percebe-se quando observa-se que não há diferença entre os exemplos de escolas consideradas exitosas veiculadas pelo jornal “Educação”, quando trata de experiências de “Gestão Compartilhada” e de escolas que implementaram o projeto “Amigos da Escola”, implicando, na maioria das vezes, em situações nas quais a comunidade auxilia a escola em sua manutenção físico-financeira, mesmo que o documento do CENPEC (1999, p. 11) relativo ao “Amigos da Escola” seja claro em afirmar que o trabalho voluntário não pretende substituir o Estado e tampouco o trabalho remunerado.

Os documentos do Paraná, referentes à “Gestão Compartilhada”, também nunca negaram explicitamente a responsabilidade do poder público na manutenção da educação básica. No entanto, os exemplos de escolas que implantaram o referido modelo de gestão, na maioria das vezes culmina demonstrando que a comunidade de alguma forma contribui para com o financiamento daquela (da escola).

Tal aproximação, entre o “Amigos da Escola” e a “Gestão Compartilhada”, no que diz respeito à transferência de parte da manutenção financeira da escola pública pela comunidade, deve ser analisada à luz da compreensão de que o momento histórico vivido atualmente, de reestruturação da sociedade capitalista, apresenta a necessidade de redução do tamanho e interferência do Estado na sociedade.

Assim, Leher resgata o histórico desta situação, lembrando que, no período da democratização, iniciou-se um processo de crítica ao Estado centralizado, passando a identificá-lo com o burocratismo e a ineficiência, ao passo que a sociedade civil, pensada como esfera do livre mercado, foi exaltada como a melhor alternativa ao Estado ineficiente. A sociedade civil, resignificada, atua na perspectiva de atenuar as tensões sociais e, por conseguinte, a luta de classes. (2001, p. 158-164)

Ao modelo da “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) corresponde um estado mínimo, que necessita retirar seus tentáculos do setor produtivo para abrir novas demandas ao setor privado e mesmo encolher sua atuação em áreas sociais, como é o caso da educação, cujo atendimento na modalidade pública foi-lhe atribuído sobretudo a partir do desenvolvimento do estado de bem-estar social.

Nesse contexto, flexibilização passou a ser prioridade aos governos que necessitariam reduzir gastos, repassando atividades que eram consideradas atribuições do Estado (ofertadas de forma sistêmica, ancoradas no princípio da igualdade) para a responsabilidade social da comunidade, a partir de iniciativas voluntárias individuais, comunitárias ou empresariais, que conseguem manter a oferta

daquelas atividades por um montante menor de recurso financeiro, à custa da desregulamentação do serviço público e, portanto, da desarticulação de sua oferta sistêmica, substituindo-as por atividades pontuais, focadas na redução da pobreza, abandonando o princípio da igualdade.

O papel da Sociedade Civil, agora ressignificado, é uma espécie de retrocesso à filantropia do século XIX, que fora superada pelo estado de bem-estar social (BOITO JR. 1999, MONTAÑO, 2002).

No entanto, faz-se necessário esclarecer que toma-se como pressuposto que a participação da comunidade na escola é salutar e uma das condições para a consecução de sua qualidade, compreendendo-se a necessidade da continuidade entre a educação familiar e a educação escolar. Portanto, afirma-se como relação necessária e adequada de participação da comunidade na escola, a “integração dos pais com a escola, em que ambos se apropriem de uma concepção elaborada de educação que, por um lado, é um bem cultural para ambos e, por outro, pode favorecer a educação escolar e, *ipso facto*, reverte-se em benefício dos pais, na forma de melhoria da educação de seus filhos.” (PARO, 2000, p.25)

Do contrário, corre-se o risco de se interpretar que pretende-se a negação da participação da comunidade na escola. Longe disso, tem-se claro que a qualidade da educação depende também da contribuição dos pais. Tal contribuição implica participação na construção, execução e acompanhamento da proposta pedagógica da escola de maneira estritamente voluntária, implicando ainda no conhecimento das intenções da escola no processo de formação de seus alunos.

Desse modo, a aproximação comunidade/escola, pela via do “Amigos da Escola”, do Conselho Escolar ou da APM, pode conter alguma positividade, à medida que seja convertida em possibilidade de demonstração do valor e importância de uma escola de qualidade e de sua contribuição na construção de uma sociedade cujo valor fundamental seja o homem. Também porque a aproximação da comunidade possibilita a percepção das deficiências da escola, de suas necessidades e sua importância enquanto valor social.

A percepção de tais fatores pode desenvolver também a consciência de que propiciar o fornecimento de uma ação social de tal envergadura é demais mesmo para os largos ombros da comunidade, devendo ser propiciada sua oferta de modo sistêmico, garantidas as condições de acesso e permanência do aluno, para o que necessita o poder público assumir a área social como projeto prioritário, o que, por sua vez, implica

decisões político-econômicas de governo, não dependendo apenas de iniciativas individuais e voluntárias.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Marilene Alves. **A qualidade da educação na “qualidade total”** : uma análise crítica. São Paulo, 1996. Dissertação ( Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

AMIGOS DA ESCOLA. **O que é o projeto-histórico**. Disponível em: <http://redeglobo6.globo.com/Amigosdaescola/0,6993,1245,00.html>> Acesso em: 16 julho 2003.

BOITO JR., Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo : Xamã, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação- MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira- INEP. Portal do professor. Entrevista "**A educação é necessariamente política e mais, necessariamente, democrática**", Vitor Paro. Disponível em [http://www.portaldoprofessor.inep.gov.br/entrevistas/vitor\\_paro.jsp](http://www.portaldoprofessor.inep.gov.br/entrevistas/vitor_paro.jsp)> Acesso em: 08 abr. 2004.

CARREIRA executiva: sucessos e receios são lição do poder. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 jun. 2003. Folha Classificados- empregos, p.fl.

CENPEC- Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária. **Amigos da escola**: voluntários e parceiros. vol.1. São Paulo : CENPEC, 1999.

EDUCAÇÃO. SEED- Secretaria de Estado da Educação. Curitiba. 2.<sup>a</sup> edição especial, abr/2000.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. n. 12, mar/2001.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. n. 22, jan/fev/2002.

FÁVERO, Osmar. A descentralização dos sistemas de educação básica: crise do planejamento central? In: OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola**: administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Educação, trabalho e lutas sociais**. In: GENTILI, Pablo & FRIGOTTO Gaudêncio (orgs). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo : Cortez, 2001.

GRUPO BANCO MUNDIAL. **Sobre o Banco Mundial**. O que é o Banco Mundial. Disponível em: <http://www.obancomundial.org/index.php/content/view/6.html>> Acesso em: 08 abril 2004

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1992.

HIDALGO, Angela Maria. **Tendências contemporâneas da privatização do ensino público**: o caso do Estado do Paraná. São Paulo, 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica da São Paulo.

LEHER, Roberto. **Tempo, autonomia, sociedade civil e esfera pública**: uma introdução ao debate a propósito dos “novos” movimentos sociais na educação. In: GENTILI, Pablo & FRIGOTTO Gaudêncio (orgs). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo : Cortez, 2001.

LESSA, Ricardo. Marketing social melhora a imagem e aumenta o lucro. In: **O futuro da comunicação**- Relatório da Gazeta Mercantil, p.22, 07/02/02.

MANAGER. **Responsabilidade Social- Empresa responsável é mais valorizada e vira critério para executivo no momento da seleção**. Disponível em: [http://www.manager.com.br/reportagem/reportagem.php?id\\_reportagem=244](http://www.manager.com.br/reportagem/reportagem.php?id_reportagem=244).> Acesso em 25 julho 2003

MARANHÃO, Helena Ponce. **Das ‘reinações globais’ no ‘público’**: notas sobre o projeto Amigos da Escola. In: 24.<sup>a</sup> Reunião anual da ANPED- Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT-14- Sociologia da Educação. Caxambu, 2001. Disponível em: <http://www.anped.org.br/24/tp1.htm>> Acesso em: 15 julho 2003

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. In: **Educação & Sociedade**, Campinas, n.º 75, p.84-108, 2001.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo : Cortez, 2002.

NUNES, Andrea Caldas. **Gestão democrática ou compartilhada?** Uma (não) tão simples questão de semântica. Conferência Estadual de Educação- APP Sindicato, Praia de Leste/PR, nov/1997.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As reformas em curso nos sistemas públicos de educação básica: empregabilidade e equidade social. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade, DUARTE, Marisa R. T. **Política e trabalho na escola:** administração dos sistemas públicos de educação básica. Belo Horizonte : Autêntica, 1999.

PARO, Vitor Henrique. **Qualidade do ensino:** a contribuição dos pais. São Paulo : Xamã, 2000.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Gestão escolar compartilhada:** democracia ou descompromisso? São Paulo : Xamã, 2001.

TORRES, Rosa Maria. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, Livia et all. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais.** São Paulo : Cortez, 1998.

ZANARDINI, Isaura Monica Souza. **A gestão compartilhada implementada no Estado do Paraná e as orientações do Banco Mundial.** Maringá, 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá.